

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

RS 93.462 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 7.690 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 92.456 mil e Ativos Totais de

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	35.837	35.978	CIRCULANTE	1.006	2.819
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9).....	35.836	33.374	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 13e).....	862	2.735
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d).....	1	2.604	Dividendos a Pagar (Notas Bc e 12a).....	73	17
Outros Créditos.....	1	-	Outras Obrigações.....	71	69
NÃO CIRCULANTE	57.625	51.680	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	92.456	84.839
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	57.625	51.680	Capital Social.....	-	-
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a).....	32.203	83.939	- De Domiciliados no País (Nota 8a).....	42.430	42.000
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6a).....	(32.203)	(32.259)	Reservas de Lucros (Nota 8b).....	50.026	42.839
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7).....	57.625	-	TOTAL	93.462	87.658
TOTAL	93.462	87.658			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	496	1.401
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 6b).....	495	1.401
Outras Receitas Operacionais.....	1	-
DESPESAS OPERACIONAIS	799	722
Despesas Tributárias (Nota 10).....	572	546
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	227	176
RESULTADOS FINANCEIROS	11.823	10.311
Recitas Financeiras Líquidas (Nota 9).....	11.823	10.311
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	11.520	10.990
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(3.830)	(9.168)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.690	1.822
Número de ações.....	37.083.738	37.083.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$.....	207,37	49,13

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

(i) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendas de Créditos Recebíveis".

(ii) Operações compromissadas

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

b) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo no resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos financeiros de investimento e certificado de depósito bancário, as receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está incluída na Nota 6.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	6	9
Fundos de investimentos financeiros (2).....	35.830	33.365
Total de caixa e equivalentes de caixa	35.836	33.374

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas (1).....	-	51.680
Empréstimos e recebíveis (2).....	32.203	32.259
Provisão para perda do valor recuperável (2).....	(32.203)	(32.259)
Total	57.625	51.680

(1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% do CDI com vencimento em 14/12/2017, respaldada em 20/12/2016; e

(2) A carteira de créditos e recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos há mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Recuperação de créditos recebíveis.....	445	1.372
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa.....	(5)	33
Perdas de créditos recebíveis.....	55	(4)
Total	495	1.401

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Certificado de Depósito Bancários - CDB.....	57.625	-
Total	57.625	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais	
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2014	39.000	2.426	41.608	-	-	83.034
Aumento de Capital com Reservas.....	3.000	-	(3.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	1.822	1.822	-
Destinações - Reservas.....	-	91	1.714	(1.805)	-	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,47 por lote de mil ações).....	-	-	-	9	(17)	(17)
Saldos em 31.12.2015	42.000	2.517	40.322	-	-	84.839
Aumento de Capital com Reservas.....	430	-	(430)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	7.690	7.690	-
Destinações - Reservas.....	-	385	7.232	(7.617)	-	-
- Dividendos Propostos (R\$ 1,97 por lote de mil ações).....	-	-	-	9	(73)	(73)
Saldos em 31.12.2016	42.430	2.902	47.124	-	-	92.456

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	11.520	10.990
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(45)	(1)
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	(1)	28
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(48)	(33)
Perdas de Créditos Recebíveis.....	4	4
Lucro Líquido Ajustado	11.475	10.989
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Recebíveis.....	51.680	(6.261)
Aumento em Títulos para Negociação.....	(57.625)	-
Aumento/(Redução) em Outros Créditos.....	2.604	(115)
Aumento em Outras Obrigações.....	9	19
Redução de Créditos Recebíveis.....	45	23
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos e Compensados.....	(5.709)	(3.084)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	2.479	1.571

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:

Dividendos Pagos.....	(17)	(54)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(17)	(54)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.462	1.517
Início do Exercício.....	33.374	31.857
Fim do Exercício.....	35.836	33.374
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.462	1.517

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015

Lucro Líquido do Exercício.....	7.690	1.822
Outros Componentes do Resultado Abrangente.....	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	7.690	1.822

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias.....	37.083.738	37.083.738
Total	37.083.738	37.083.738

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 25 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 430, elevando-o de R\$ 42.000 para R\$

...continuação

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Osasco, 20 de Março de 2017

Carlos Augusto de Freitas Torres
Contador CRC 1SP262958/O-0

A EMPRESA FOI A SUA PRIORIDADE NÚMERO UM EM 2016?

DIVULGUE SEUS RESULTADOS EM UM JORNAL DE PRESTÍGIO. DIVULGUE NO VALOR.

Valor Econômico

91% dos assinantes são investidores

65% dos assinantes possuem cargo de decisão



Só o Valor disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.

*Fonte: Nicequest – perfil dos assinantes – 2016.

Deixe que mais de **3,4 milhões** de leitores, muito bem qualificados, vejam os números da sua empresa.

Uma oportunidade de gerar negócios, atrair investidores e fazer sua empresa crescer ainda mais.

11 3767.1323 - São Paulo
61 3717.1331 - Brasília
21 3521.1415 - Rio de Janeiro

valor.com.br/
comunicacaocominvestidores

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 7.690 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 92.456 mil e Ativos Totais de R\$ 93.462 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e

manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2016	2015	2016	2015
ATIVO				
CIRCULANTE	35.837	35.978	1.006	2.819
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	35.836	33.374	862	2.733
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13d).....	-	2.604	73	17
Outros Créditos.....	1	-	71	69
NÃO CIRCULANTE	57.625	51.680	92.456	84.839
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	57.625	51.680		
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a).....	32.203	83.939	42.430	42.000
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6a).....	(32.203)	(32.259)	50.026	42.839
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7).....	57.625	-	-	-
TOTAL	93.462	87.658	93.462	87.658

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
	2016	2015					
RECEITAS OPERACIONAIS	496	1.401	39.000	2.426	41.608	-	83.034
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 6b).....	495	1.401	3.000	-	(3.000)	-	-
Outras Receitas Operacionais.....	1	-	-	-	-	1.822	1.822
DESPESAS OPERACIONAIS	799	722	-	91	1.714	(1.805)	-
Despesas Tributárias (Nota 10).....	572	546	-	-	-	(17)	(17)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	227	176	-	-	-	-	-
RESULTADOS FINANCEIROS	11.823	10.311	42.000	2.517	40.322	-	84.839
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9).....	11.823	10.311	430	-	(430)	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	11.520	10.990	-	-	-	7.690	7.690
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(3.830)	(9.168)	-	385	7.232	(7.617)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.690	1.822	-	-	-	(73)	(73)
Número de ações.....	37.083.738	37.083.738	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$.....	207,37	49,13	42.430	2.902	47.124	-	92.456

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	2016	2015		
	2016	2015					

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

(i) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Receitas de Créditos Recebíveis".

(ii) Operações compromissadas

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

b) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo no resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais: Provisão para Fins Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos financeiros de investimento e certificado de depósito bancário, as receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

	2016	2015
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.520	10.990
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(45)	(1)
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	(1)	28
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(48)	(33)
Perdas de Créditos Recebíveis.....	4	4
Lucro Líquido Ajustado	11.475	10.989
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Recebíveis.....	51.680	(6.261)
Aumento em Títulos para Negociação.....	(57.625)	-
Aumento/(Redução) em Outros Créditos.....	2.604	(115)
Aumento em Outras Obrigações.....	9	13
Redução de Créditos Recebíveis.....	45	29
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos e Compensados.....	(5.709)	(3.084)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	2.479	1.571

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:

	2016	2015
Dividendos Pagos.....	(17)	(54)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(17)	(54)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.462	1.517
Início do Exercício.....	33.374	31.857
Fim do Exercício.....	35.836	33.374
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.462	1.517

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	2016	2015

Lucro Líquido do Exercício	7.690	1.822
Outros Componentes do Resultado Abrangente.....	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	7.690	1.822

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos.

A avaliação de que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está incluída na Nota 6.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	6	9
Fundos de investimentos financeiros (2).....	35.830	33.365
Total de caixa e equivalentes de caixa	35.836	33.374

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas (1).....	-	51.680
Empréstimos e recebíveis (2).....	32.203	32.259
Provisão para perda do valor recuperável (2).....	(32.203)	(32.259)
Total	-	51.680

(1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% do CDI com vencimento em 14/12/2017, resgatada em 20/12/2016; e

(2) A carteira de créditos e recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos há mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Recuperação de créditos recebíveis.....	445	1.372
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa.....	55	33
Perdas de créditos recebíveis.....	(5)	(4)
Total	495	1.401

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Certificado de Depósito Bancários - CDB.....	57.625	-
Total	57.625	-

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias.....	37.083.738	37.083.738
Total	37.083.738	37.083.738

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 25 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 430, elevando-o de R\$ 42.000 para R\$ 42.430, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, as redações do "caput" dos Artigos 3º e 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

	2016		2015	
	2016	% (1)	2015	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	7.690		1.822	
Reserva legal.....	(385)		(91)	
Base de cálculo.....	7.305		1.731	
Dividendos mínimos obrigatórios.....	73	1,0	17	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

Durante o exercício de 2016 ocorreu pagamento de dividendo apurado com base em lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 17 (2015 - R\$ 54).

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Rendimento de aplicações em operações compromissadas.....	6.997	6.261
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros.....	4.596	4.078
Rendimento de aplicações em CDB.....	229	-
Juros ativos líquidos.....	1	(28)
Juros passivos líquidos.....	-	-
Total.....	11.823	10.311

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
COFINS.....	491	468
PIS.....	80	76
Impostos e taxas.....	1	2
Total.....	572	546

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Editais e publicações.....	78	75
Doações e patrocínios.....	99	71
Serviços prestados por terceiros.....	34	18
Outras.....	16	12
Total.....	227	176

12) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	6	-	9	-
Empréstimos e recebíveis:				
Banco Bradesco S.A.....	-	6.997	51.680	6.261
Ativos financeiros para negociação:				
Banco Bradesco S.A.....	57.625	229	-	-
Dividendos a pagar:				
Embaúba Holdings Ltda.....	(73)	-	(17)	-

Aos Diretores da

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	11.520	10.990
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(3.917)	(3.737)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(35)	(25)
Baixa de crédito tributário.....	-	(5.501)
Outros.....	122	95
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(3.830)	(9.168)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(3.830)	(3.667)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre diferenças temporárias.....	-	(5.501)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(3.830)	(9.168)

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2016, não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 16.183 mil (2015 - R\$ 16.181), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 2.604 em 2015, referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 862 (2015 - R\$ 2.733), referem-se ao PIS no montante de R\$ 8 (2015 - R\$ 6), Cofins no montante de R\$ 47 (2015 - R\$ 40), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 755 (2015 - R\$ 2.571) e da Contribuição Social no montante em R\$ 52 (2015 - R\$ 116).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

b) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 20 de Março de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Carlos Augusto de Freitas Torres
Contador CRC 1SP262958/O-0

Autoridade Certificadora Imprensa Oficial informa

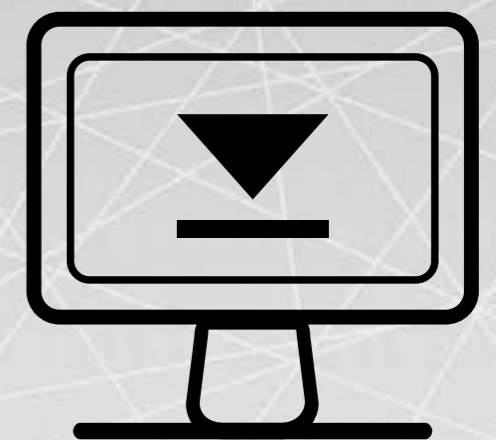
Novas cadeias de certificação digital

Estão disponíveis para serem instaladas as novas cadeias de certificação digital da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP RFB G4 e Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP G4.

Informamos que os certificados emitidos a partir de 23 de fevereiro de 2015 serão reconhecidos por estas cadeias.

A ação é necessária porque a Autoridade Certificadora Imprensa Oficial está mudando a sua plataforma tecnológica. Mais eficiência, agilidade, segurança e qualidade na prestação de serviços serão os benefícios obtidos com a mudança.

As novas cadeias de certificação digital estão disponíveis no site da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br), no item Certificação Digital | Suporte.



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 55
São Paulo, quinta-feira, 23 de março de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Mais informações:

SAC: 0800 01234 01 ou no site da Imprensa Oficial
(www.imprensaoficial.com.br) no link Fale Conosco

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO